

REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A escalada de encerramentos de Estações de Correios não conhece limites e é transversal a todo o país, de norte a sul e Regiões Autónomas. De encerramento em encerramento, delapidase o património de uma outrora prestigiada empresa pública e que prestava um serviço público imprescindível e de proximidade com as populações. O Estado afasta-se, nas suas diversas formas de representação, das populações, que ficam impedidas no seu acesso a um serviço de comunicações com que contavam desde há muito.

Com estes encerramentos, agravam-se, cada vez mais, todos os problemas das assimetrias territoriais e começam a ser uma marca do esvaziamento dos serviços públicos prestados às populações, acentuando-se o isolamento das zonas mais afastadas dos grandes centros urbanos e, por esta via, das assimetrias no país que, todos, repetem querer combater – Governo, Assembleia da República, Presidência da República, partidos políticos, autarquias, movimentos de utentes e/ou cidadãos. O critério que tem contado - o da rentabilidade de alguns, não se pode sobrepor às necessidades da população em geral, e continuarmos a assistir a encerramentos de mais Estações de correio a cada dia que passa.

Em dezembro de 2017, a atual Administração dos CTT anunciou que, no quadro de um plano operacional de promoção de uma designada “*reestruturação de serviços*”, iria encerrar 22 Estações de Correio (a que o CA passou a designar de Lojas... ou Posto...) a partir de março de 2018 e que tal seria suficiente para lançar a “*próxima etapa de crescimento e de eficiência operacional dos CTT*”.

Tal plano não passou de mais um logro! Já todos percebemos que a verdadeira intenção da atual Administração é transformar a esmagadora maioria das Estações de Correio em agências bancárias do Banco CTT, apostar nos segmentos lucrativos dos negócios que estão à volta dos CTT (além do Banco, as Encomendas, o *payshop* e outros serviços financeiros postais que já existiam – compra/venda de obrigações, transferências, etc) e levar a que seja o próprio Estado, através das autarquias - câmaras e juntas de freguesia - a assegurarem, com os seus próprios recursos, aquilo que faz parte do ADN dos outrora CTT, enquanto empresa centenária – o

serviço público postal universal.

A menos de dois anos do fim do atual contrato de concessão, a administração dos CTT quer tornar este caminho irreversível. E, por isso, nos últimos meses, multiplicam-se os anúncios, e/ou encerramentos de dezenas de Estações de Correio, que vão muito para além da lista das 22 anunciadas, e, que tal como estas, violam grosseiramente compromissos anteriormente assumidos com o Estado e para com as populações.

De acordo com dados fornecidos pela Comissão de Trabalhadores dos CTT “*durante o ano 2018, a administração dos CTT encerrou mais de 40 lojas CTT, algumas delas substituídas por postos de correio, mas em alguns casos a Loja CTT mais próxima já fica a cerca de 30 km de distância*”. Entretanto, em 2019, pelo que tem sido notícia, por testemunhos de cidadãs e cidadãos expropriados deste serviço público e por autarquias locais os encerramentos continuam na mesma ordem de grandeza do ano 2018.

No caso concreto da Estação de CTT do Sobral de Monte Agraço, trata-se de uma sede de Concelho que, segundo dados dos Censos 2011, tinha uma população residente de 10151 habitantes e que dados mais recentes mostram um aumento de população.

Para o Bloco de Esquerda estes anúncios de encerramento em catadupa são absolutamente intoleráveis e colocam populações em sobressalto, parecendo integrar-se numa estratégia de lançar um alarme generalizado nas populações para que estas pressionem as autarquias a substituírem-se aos CTT na prestação de um serviço que lhe está contratualmente consagrado: o serviço público de correios, nos mesmos termos com que o receberam das mãos do Estado. Aqui a responsabilidade política da direita é absolutamente clara e inequívoca: pode-se agradecer ao PSD e CDS a decisão de entregarem a privados um serviço público que era tido, no contexto europeu, como um dos melhores da Europa.

É preciso parar urgentemente com a agressão que a administração dos CTT está a promover contra o povo e o país, e ser o Estado a assumir diretamente a gestão e a propriedade dos CTT em nome da defesa do interesse público.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, as seguintes questões:

1. Tem o Governo conhecimento do anúncio do encerramento da Estação dos correios da Vila do Sobral de Monte Agraço, no distrito de Lisboa?
2. Está o Governo disponível para instar a administração dos CTT a parar com o encerramento de estações, pois já se percebeu que, o anunciado e concretizado encerramento de 22 estações no 1º trimestre de 2018, foi apenas o início de um processo que continua a ocorrer por todo o país?
3. Está o Governo disposto a forçar a administração dos CTT à reabertura das estações unilateralmente encerradas no ano 2018, como também as que já encerraram este ano, pois o alegado plano de “reestruturação” apenas serviu para degradar ainda mais o serviço público postal?
4. Considera o Governo que todos estes exemplos não são razões mais do que suficientes para que o Estado seja chamado a recuperar o controlo público do serviço público universal dos correios com a maior urgência possível?

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

ISABEL PIRES(BE)

ERNESTO FERRAZ(BE)

FERNANDO MANUEL BARBOSA(BE)